



Sumário

Mensagem da Diretoria	3
Glossário.....	4
Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva	6
Perfil dos Participantes	7
Rentabilidade Líquida no Ano de 2015	8
Rentabilidade Líquida Acumulada em 2015 Comparada com Índices de Mercado	9
Evolução do Patrimônio Líquido no ano de 2015.....	10
Despesas com a Administração e Investimentos	11
Balanço Patrimonial.....	12
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	13
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	14
Demonstração do Ativo Líquido.....	15
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	16
Demonstração das Provisões Técnicas.....	17
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	18
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	29
Parecer Atuarial.....	30
Parecer do Conselho Fiscal	38
Ata da Reunião do Conselho Deliberativo	39
Política de Investimentos 2015	41
Demonstrativo de Investimento	44
Alterações Regulamentares	45

Mensagem da Diretoria

Prezados Participantes

É com prazer que apresento a vocês mais um relatório anual da RBS Prev contendo os principais acontecimentos de 2015, o resultado da gestão dos investimentos no período, a situação atuarial do Plano de Benefícios e nossos planos para 2016.

A rentabilidade bruta consolidada do Plano de Benefícios atingiu 12,77% no ano que passou, alcançando bons resultados para sua poupança futura, mesmo num cenário político e econômico de grande instabilidade. O perfil conservador superou o CDI (13,23%) e a poupança (8,08%), rentabilizando 13,32% no ano. O perfil moderado rentabilizou um pouco abaixo do CDI, performando 12,12% no ano. O perfil super conservador se manteve em linha com seu benchmark, o CDI, e o perfil conservador vitalício superou, além do CDI, a meta atuarial do plano.

A análise realizada pela Risk Office sobre a performance de 187 planos de previdência complementar ratifica nosso posicionamento, pois demonstra que a RBS Prev superou a mediana de todos os planos analisados, ocupando a 8ª colocação entre 50 planos de contribuição variável no final do exercício de 2015.

No ano que passou fizemos uma pesquisa com os participantes sobre suas expectativas de risco e retorno frente aos recursos aplicados na RBS Prev. A partir de seu resultado e das perspectivas de cenário para 2016, revisamos a estrutura de investimentos e fizemos alterações nos mandatos, a fim de melhor atender os participantes.

Dois novos perfis de investimentos foram implementados, o super conservador e o conservador vitalício, este responsável pela gestão dos recursos dos assistidos por renda vitalícia. Desta forma isolamos o risco atuarial do plano.

Ainda, como poderão ler neste relatório, o Plano está atuarialmente equilibrado, inclusive mantendo sua posição superavitária, o que nos conforta num cenário de alta inflação. E, em decorrência do acúmulo deste resultado por 3 anos

consecutivos, reduzimos em 2015 as contribuições básicas dos participantes contribuintes, na proporção que lhes cabiam. Os assistidos terão, juntamente com sua renda do mês, o pagamento de um valor adicional, e os participantes não contribuintes terão o valor creditado em conta específica na RBS Prev, assim que a aprovação do novo regulamento, em análise da Previc, for dada.

Quanto aos projetos de 2016, vamos aprimorar o site da RBS Prev e lançá-lo ainda no primeiro semestre, que além de novas informações estará adaptado para outras plataformas e continuaremos focados na segurança econômica-financeira da Entidade e no alinhamento das suas atividades com os mais modernos princípios, regras e práticas de governança corporativa.

Por fim, chamamos a todos para fazerem seu cadastramento no site da RBS Prev para atendimento ao Decreto da Presidência da República, nº 8.506, de 24/08/2015*, até o dia 12/05. Ele é rápido e online. Para fazê-lo acesse www.rbsprev.com.br e informe seu usuário (nº do CPF, sem pontos nem hífen) e senha (para os que nunca trocaram, também é o nº do CPF). Para o correto atendimento da exigência legal é imprescindível que 100% dos participantes, contribuintes ou não, respondam. Contamos com vocês!

Abraço



Mariana Guedes Silveira

Diretora Superintendente

*Tem como objetivo identificar os contribuintes do imposto norte americano a fim de combater a evasão fiscal dos Estados Unidos.

Glossário

ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ata da reunião do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza os assuntos tratados em determinada reunião. Especificamente neste caso, a ata do conselho demonstra que seus membros estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar da ata informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação. O Conselho Deliberativo é responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da Entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da Entidade e definição da política de investimentos, dentre outras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da Entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da Entidade (origem dos recursos).

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) E DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

As demonstrações de mutação são documentos contábeis elaborados para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial) a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o patrimônio social da Entidade e o ativo líquido de cada plano.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano, considerando a totalidade dos compromissos.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado mensalmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, que apresenta o valor dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade por segmento (renda fixa e variável), a distribuição e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e os limites definidos na legislação vigente. Apresenta também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a diferença entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

Glossário

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a evolução dos planos de benefícios administrados pela Entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

PARECER ATUARIAL

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Parecer do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O parecer do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste em relação às demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, fazendo constar todas as informações complementares que julgarem necessárias. O Conselho Fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da Entidade, deve zelar pela sua gestão econômico-financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da Entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras, elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da política de investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (dívidas).

Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva (desde 15/02/2016)

Conselho Deliberativo

Presidente

Nelson Pacheco Sirotsky

Vice-Presidente

Claudio Toigo Filho

Conselheiro

Marcelo Antonio Rech*

Suplentes

Eduardo Sirotsky Melzer

Fabiana Fichbein Marcon

Luciana Antonini Ribeiro*

Conselho Fiscal

Presidente

Ibanor Polesso

Conselheiros

Nilo Renato Escouto

Raul Dinarte Totta Vieira Marques*

Suplentes

Dani Joel Berno

Aurélio Lemos Clasen

Roseli Soranço Salazar*

Diretoria Executiva

Diretora Superintendente

Mariana Guedes Silveira

Diretores

Antonio Augusto Pinent Tigre

Filipe Corbetta Antunes da Cunha

Paulo Roberto Reichelt Ayres

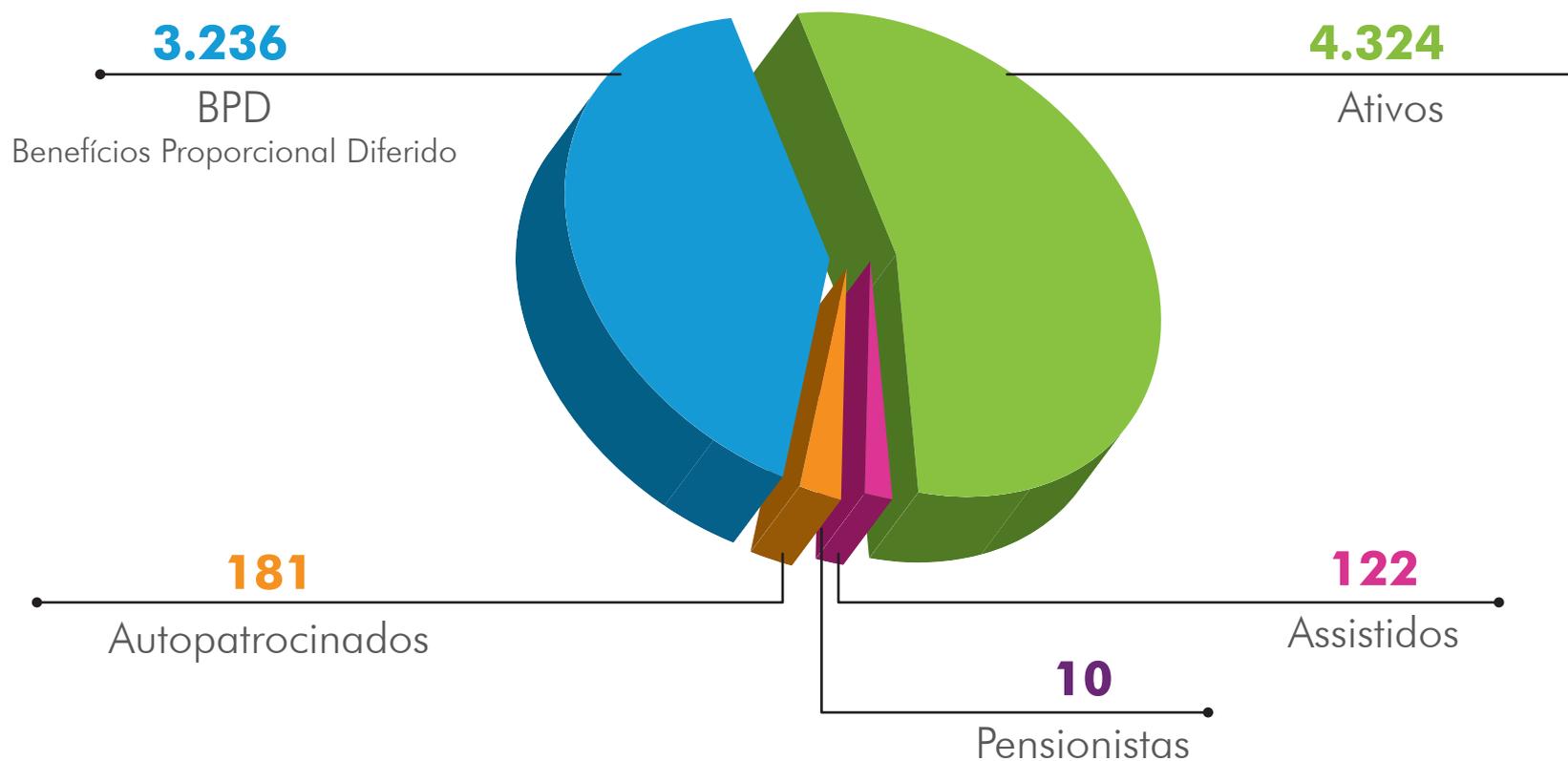
Alessandra dos Santos Alves

*Representantes dos participantes

Perfil dos Participantes

Em dezembro de 2015 a RBS Prev contava com 7.873 participantes. Veja, no gráfico, a distribuição por tipo de participação.

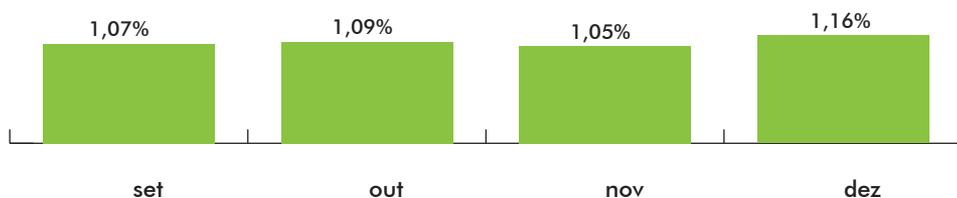
Para o seu entendimento, esclarecemos que participantes ativos representam os atuais empregados das empresas patrocinadoras; participantes autopatrocinados são os empregados que se desligaram da empresa e continuam participando do plano realizando as suas contribuições e as contribuições da patrocinadora; participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido são os empregados que se desligaram da empresa e continuam no plano aguardando a elegibilidade para receber o benefício proporcional; e assistidos/pensionistas são os participantes que já recebem benefício mensal pelo plano.



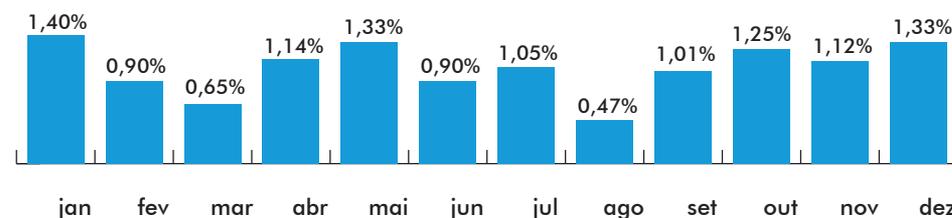
Rentabilidade Líquida no Ano de 2015

Corresponde ao rendimento líquido obtido pelas aplicações, livres de qualquer despesa, que remunerou os perfis de investimento da RBS Prev

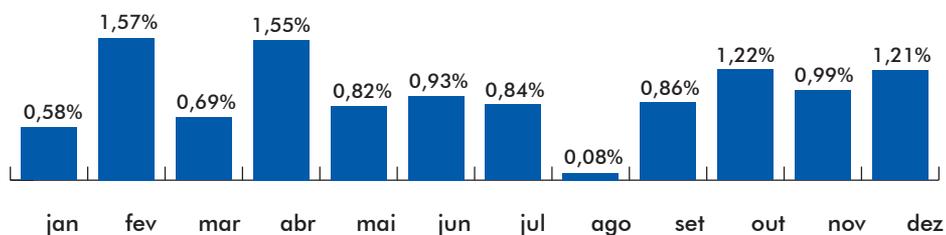
Super Conservador*



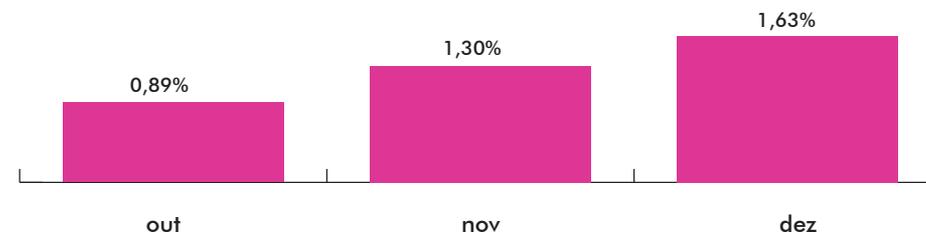
Conservador



Moderado



Conservador Vitalício**

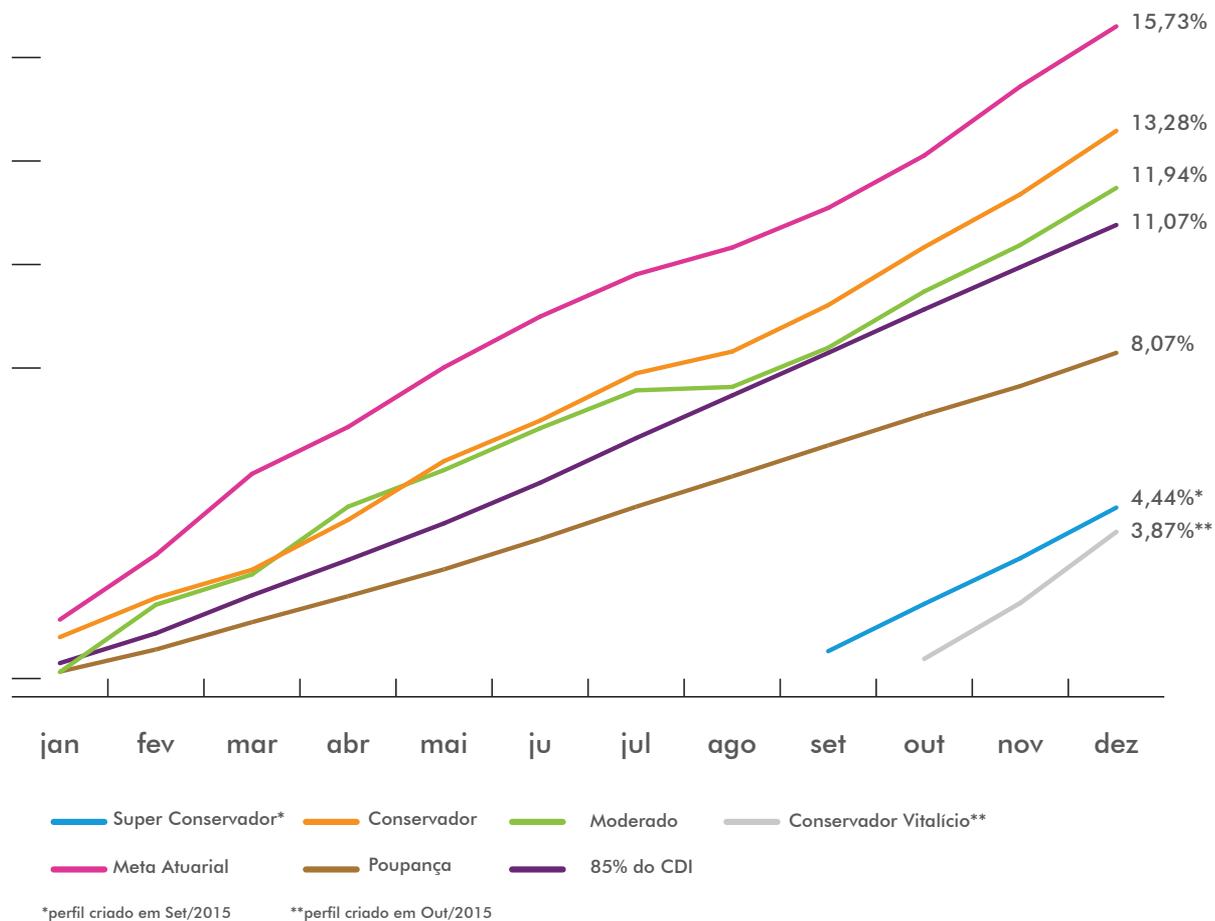


*O perfil Superconservador foi lançado em Set/15.

**O perfil Conservador Vitalício foi lançado em Out/15.

Rentabilidade Líquida Acumulada em 2015 comparada com índices de mercado

Corresponde ao rendimento líquido obtido pelas aplicações, livres de qualquer despesa, que remunerou os perfis de investimentos da RBS Prev.



CDI: Certificado de Depósito Interbancário. São títulos de emissão das instituições financeiras que lastreiam as operações do mercado interbancário.

Meta Atuarial: Rentabilidade mínima esperada dos investimentos dos planos da RBS Prev para garantir o cumprimento dos compromissos futuros com os participantes.

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor é medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde setembro de 1979. Ele é obtido a partir dos Índices de Preços ao Consumidor regionais e tem como objetivo oferecer a variação dos preços no mercado varejista, mostrando, assim, o aumento do custo de vida da população.

Poupança: A caderneta de poupança é uma forma de investimento de baixo risco cujo funcionamento é regido por regras específicas estabelecidas pelo governo para depósitos de poupança. Os valores depositados na caderneta de poupança têm liquidez diária e sofrem remunerações mensais de acordo com as determinações feitas pela legislação brasileira.

Evolução do Patrimônio Líquido no ano de 2015

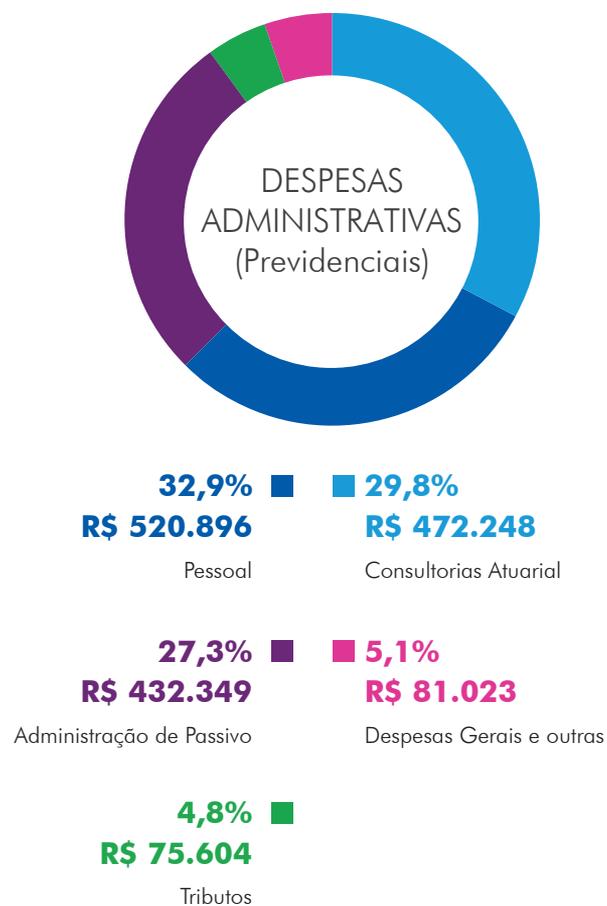
O patrimônio líquido é constituído de ativo (bens e direitos) menos o exigível operacional (benefícios a serem pagos e taxa de administração dos investimentos).

Valores apresentados em R\$ milhões



Despesas com a Administração e Investimentos

As despesas totais da RBS Prev em 2015 foram de R\$ 1,8 milhão, conforme distribuição nos gráficos a seguir:



Total: R\$ 1.582.120



Total: R\$ 246.449

Balanco Patrimonial

Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Em milhares de reais

Ativo	2015	2014	Passivo	2015	2014
Disponível	305	120	Exigível Operacional	884	766
			Gestão Previdencial	747	613
Realizável	252.507	236.776	Gestão Administrativa	137	153
Gestão Previdencial	293	696			
Gestão Administrativa	36	125			
Investimentos	252.178	235.955	Patrimônio Social	251.931	236.134
Títulos Públicos	5.706	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	245.712	225.664
Fundos de Investimentos	246.472	235.955	Provisões matemáticas	242.391	222.701
			Benefícios concedidos	72.552	60.161
Permanente	3	4	Benefícios a conceder	169.839	162.540
Imobilizado	3	4			
			Equilíbrio Técnico	3.321	2.963
			Resultados realizados	3.321	2.963
			Superávit técnico acumulado	3.321	2.963
			Fundos	6.219	10.470
			Fundos Previdenciais	4.298	8.199
			Fundos Administrativos	1.921	2.271
Total do Ativo	252.815	236.900	Total do Passivo	252.815	236.900

Mariana Guedes Silveira

Diretora Superintendente

CPF nº 670.085.850-04

Ana Lucia Paoliello

Contadora

CRC nº 01SP 170035/ O-8

CPF nº 566.647.029-91

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

	2015	2014	Variacão %
A) Patrimônio Social - início do exercício	236.134	210.477	12%
1. Adic�es	35.528	38.509	-8%
(+) Contribui�es Previdenciais	5.349	12.089	-56%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.661	24.312	18%
(+) Receitas Administrativas	1.228	1.868	-34%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativo	290	240	21%
2. Destina�es	(19.731)	(12.852)	54%
(-) Benefícios	(17.863)	(9.912)	80%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(1.104)	-100%
(-) Despesas Administrativas	(1.868)	(1.817)	3%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativo	-	(19)	-100%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	15.797	25.657	-38%
(+/-) Provisões Matemáticas	19.690	19.856	-1%
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	358	(526)	-168%
(+/-) Fundos Previdenciais	(3.901)	6.055	-164%
(+/-) Fundos Administrativos	(350)	272	-229%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	251.931	236.134	7%

Mariana Guedes Silveira

Diretora Superintendente

CPF n  670.085.850-04

Ana Lucia Paoliello

Contadora

CRC n  01SP 170035/ O-8

CPF n  566.647.029-91

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

	2015	2014	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.271	1.999	14%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.518	2.108	-28%
1.1. Receitas	1.518	2.108	-28%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	980	1.620	-40%
Custeio Administrativo dos Investimentos	248	243	2%
Resultado Positivo dos Investimentos	290	240	21%
Outras Receitas	-	5	0%
2. Despesas Administrativas	(1.868)	(1.817)	3%
2.1. Administração Previdencial	(1.621)	(1.552)	4%
Pessoal e encargos	(524)	(471)	11%
Treinamentos, congressos e seminários	(7)	(7)	0%
Viagens e estadias	(4)	(9)	-56%
Serviços de terceiros	(977)	(913)	7%
Despesas Gerais	(33)	(52)	-37%
Depreciações e amortizações	(1)	(1)	0%
Tributos	(75)	(99)	-24%
2.2. Administração dos Investimentos	(247)	(243)	2%
Serviços de terceiros	(228)	(220)	4%
Despesas Gerais	-	(1)	0%
Tributos	(19)	(22)	-14%
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	(22)	0%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	(19)	-100%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(350)	272	-229%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(350)	272	-229%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	1.921	2.271	-15%

Mariana Guedes Silveira

Diretora Superintendente

CPF nº 670.085.850-04

Ana Lucia Paoliello

Contadora

CRC nº 01SP 170035/ O-8

CPF nº 566.647.029-91

Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefícios RBS Prev

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

	2015	2014	Variação %
1. Ativos	252.701	236.751	7%
Disponível	304	36	744%
Recebível	2.215	2.967	-25%
Investimento	250.182	233.748	7%
Fundos de Investimentos	250.182	233.748	7%
2. Obrigações	(770)	(617)	25%
Operacional	(770)	(617)	25%
3. Fundos não previdenciais	(1.921)	(2.271)	-15%
Fundos Administrativos	(1.921)	(2.271)	-15%
4. Ativo Líquido (1-2-3)	250.010	233.863	7%
Provisões Matemáticas	242.391	222.701	9%
Superávit/Déficit Técnico	3.321	2.963	12%
Fundos Previdenciais	4.298	8.199	-48%
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	4.494	2.963	52%
a) Equilíbrio Técnico	3.321	2.963	12%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.173	-	100%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	4.494	2.963	52%

Mariana Guedes Silveira

Diretora Superintendente

CPF nº 670.085.850-04

Ana Lucia Paoliello

Contadora

CRC nº 01SP 170035/ O-8

CPF nº 566.647.029-91

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano de Benefícios RBS Prev

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

	2015	2014	Variacão %
A) Ativo Líquido - início do exercício	233.863	208.478	12%
1. Adi�c�es	34.989	37.999	-8%
(+) Contribui�c�es	6.328	13.687	-54%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.661	24.312	18%
2. Destina�c�es	(18.842)	(12.614)	49%
(-) Benefícios	(17.863)	(9.912)	80%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(1.104)	-100%
(-) Custeio Administrativo	(979)	(1.598)	-39%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	16.147	25.385	-36%
(+/-) Provisões Matemáticas	19.690	19.856	-1%
(+/-) Fundos Previdenciais	(3.901)	6.055	-164%
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	358	(526)	-168%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	250.010	233.863	7%
C) Fundos não previdenciais	1.921	2.271	-15%

Mariana Guedes Silveira

Diretora Superintendente

CPF n  670.085.850-04

Ana Lucia Paoliello

Contadora

CRC n  01SP 170035/ O-8

CPF n  566.647.029-91

Demonstração das Provisões Técnicas - Plano de Benefícios RBS Prev

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

	2015	2014	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	250.780	234.480	7%
1. Provisões Matemáticas	242.391	222.701	9%
1.1. Benefícios Concedidos	72.552	60.161	21%
Contribuição Definida	66.956	54.589	23%
Benefício Definido	5.596	5.572	0%
1.2. Benefícios a Conceder	169.839	162.540	4%
Contribuição Definida	162.576	156.260	4%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	82.955	78.224	6%
Saldo de Contas - parcela participantes	79.621	78.036	2%
Benefício Definido	7.263	6.280	16%
2. Equilíbrio Técnico	3.321	2.963	12%
2.1. Resultados Realizados	3.321	2.963	12%
Superávit técnico acumulado	3.321	2.963	12%
Reserva de contingência	2.593	2.963	-12%
Reserva para revisão de plano	728	0	100%
3. Fundos	4.298	8.199	-48%
3.1. Fundos Previdenciais	4.298	8.199	-48%
4. Exigível Operacional	770	617	25%
4.1. Gestão Previdencial	747	613	22%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	23	4	475%

Mariana Guedes Silveira

Diretora Superintendente

CPF nº 670.085.850-04

Ana Lucia Paoliello

Contadora

CRC nº 01SP 170035/ O-8

CPF nº 566.647.029-91

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A RBS Prev – SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA (“RBS Prev”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 5 de novembro de 1996, em conformidade com a Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 3.592 do Ministério da Previdência Social – MPS de 11 de outubro de 1996, tendo iniciado suas atividades em 8 de janeiro de 1997.

A RBS Prev é dotada de autonomia administrativa tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido no Regulamento do Plano de Benefícios, pagáveis aos funcionários, diretores, beneficiários e herdeiros legais.

As patrocinadoras da RBS Prev são as empresas Cia Catarinense de Rádio e Televisão, Diário da Manhã Ltda, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Jaymar Investimentos Ltda, Maiojama Empreendimentos Imobiliários Ltda, Maiojama Participações Ltda, Orbeat Som e Imagem Ltda, Porto Tour Agência de Turismo Ltda, Rádio Atlântida FM Caxias do Sul Ltda, Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda, Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda, Rádio Atlântida FM de Passo Fundo Ltda, Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda, Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda, Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda, Rádio Atlântida FM de Santa Maria Ltda, Rádio Atlântida FM de Tramandaí Ltda, Radio Cidade FM de Criciúma Ltda, Rádio e TV Umbú Ltda, Radio Educadora de Guaíba Ltda, Radio Educadora Ltda, Radio Eldorado FM de Joinville Ltda, Rádio Gaúcha S/A, Radio Itapema FM de Caxias do Sul Ltda, Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda, Rádio Itapema FM de Porto Alegre Ltda, Radio Itapema FM de Santa Maria Ltda, Rádio Pioneira Stéreo Ltda, RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda, RBS - Zero Hora Editora Jornalística S/A, RBS Administração e Cobranças Ltda, RBS Empresa Catarinense de Comunicações Ltda, RBS Empresa de TVA Ltda, RBS Participações S/A, RBS Prev - Sociedade Previdenciária, RBS TV Bagé Ltda, RBS TV Criciúma Ltda, RBS TV Santa Cruz Ltda, RBS TV Santa Rosa Ltda, Rede Brasil Sul Administração e Cobrança Ltda, Rede Popular de Comunicações Ltda, Televisão Alto Uruguai S/A, Televisão

Chapecó S/A, Televisão Cruz Alta Ltda, Televisão Imembuí S/A, Televisão Joaçaba Ltda, Televisão Rio Grande S/A, Televisão Tuiuti S/A, Televisão Uruguaiana Ltda, TV Coligadas de Santa Catarina S/A. Ainda, a patrocinadora CV - Rádio e Televisão Ltda, está em processo de retirada, conforme descrito no decorrer deste documento.

Em 7 de novembro de 2005, a Diretoria de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar – SPC despachou a homologação do pedido de retirada de patrocínio do Grupo Net, que totaliza R\$ 2.251, cuja liquidação financeira do saldo remanescente se deu no mês de janeiro de 2006, no montante de R\$ 1.298. Adicionalmente, o fundo de retirada previdencial do Grupo Net refere-se a participantes que ainda não exerceram sua opção de benefício: portabilidade ou resgate de contribuições. O montante deste fundo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 51 (2014 - R\$ 44).

A RBS Prev protocolizou uma proposta de novo texto regulamentar junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC em 12/12/2014, cujas principais alterações foram a inclusão de dois novos perfis de investimentos e a previsão de cobrança de contribuições destinadas ao custeio administrativo dos participantes que optarem ou tiverem presumida a opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido. Após emissão da Nota nº 73/2015/CGTA/DITEC/PREVIC em 20/04/2015, a RBS Prev teve seu novo regulamento aprovado por meio do Ofício nº 2132/2015/CGTA/DITEC/PREVIC, em 13/08/2015.

Após, a RBS Prev protocolizou uma nova alteração regulamentar em 10/12/2015, tendo como principais mudanças a alteração do mês para redefinição do perfil de investimentos, a inclusão do pagamento antecipado do Benefício Mínimo aos participantes elegíveis e a definição das regras para distribuição da Reserva Especial. A PREVIC emitiu a Nota nº 013/2016/CGAT/DITEC/PREVIC em 15/01/2016, solicitando algumas alterações e esclarecimentos, que deverão ser atendidas pela entidade até o dia 06/04/2016.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

O processo da retirada da Canal Rural foi aprovado pela Previc e publicado no Diário Oficial da União em 05/11/2014. No dia 01/03/2016 a Previc emitiu o ofício 529/CGTR/DITEC/PREVIC informando a finalização da retirada parcial de patrocínio do Plano de Benefícios RBS Prev.

Em 26 de maio de 2015 foi protocolado na PREVIC o processo de retirada de patrocínio da CV Rádio e Televisão Ltda. Em 13/08/2015 a Previc emitiu o Ofício nº 2130/ CGTR/DITEC/PREVIC requerendo algumas alterações no processo que foram atendidas pela RBS Prev em 20/10/2015. Em 07/01/2016, através da Portaria nº 13 a Previc autorizou a retirada parcial da patrocinadora CV Rádio e Televisão Ltda. do Plano de Benefícios RBS Prev. A RBS Prev está na fase de atendimento aos trâmites obrigatórios do processo.

O plano de benefícios da RBS Prev é estruturado na modalidade de contribuição variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas. Já na etapa de pagamento de benefícios mensais o participante pode optar por renda financeira ou benefício definido.

Os participantes são todos os funcionários das empresas patrocinadoras e também os ex-funcionários que optaram por manter seu vínculo ativo com a entidade, conforme as regras estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios RBS Prev.

A RBS Prev possuía em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as seguintes quantidades de participantes:

Participantes	31/12/2015	31/12/2014
- Ativos	4.324	5.372
- Assistidos (Aposentados)	122	112
- Assistidos (Pensionistas)	10	10
- Autopatrocinados	181	162
- BPD – Benefício Proporcional Diferido	3.236	2.917

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e pela Resolução nº 16 de 19 de novembro de 2014, Instrução MPS/SPC 34/2009, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução DC/Previc nº 5 de 08 de setembro de 2011, pela Instrução nº 20 de 20 de março de 2015 e pela Instrução Normativa PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, referente a Normas Específicas para os Procedimentos Contábeis, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

3. Principais critérios contábeis

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. Adicionalmente, as contribuições de autopatrocinados, vinculados ao plano de benefício do tipo contribuição variável, são registradas em regime de caixa.

(b) Realizável

(ii) Gestão Previdencial

O realizável da gestão previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes, exceto as contribuições de autopatrocinados vinculados ao plano de benefícios, que são registradas pelo regime de caixa.

(ii) Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

(c) Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução CMN nº 4449 de 20 de novembro de 2015.

A avaliação e classificação dos títulos e valores mobiliários são efetuadas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002 e suas atualizações, conforme segue:

- (i) Títulos para negociação - registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

A partir da referida Resolução as quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base nos seus respectivos valores divulgados pela ANBIMA, CVM e periódicos conforme característica do fundo, a valorização e desvalorização resultante são registradas contabilmente no resultado do exercício.

(d) Exigível Operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (Nota 5.1).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

(e) Exigível Contingencial

As provisões são constituídas para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Entidade, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

(f) Patrimônio Social

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, em relação aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários. O regime financeiro e métodos atuariais utilizados estão descritos a seguir (Nota 5.2).

(i) Benefícios concedidos

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes ou beneficiários pensionistas, em usufruto do benefício de prestação continuada.

(ii) Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios a serem concedidos aos participantes que ainda não estejam em usufruto de benefícios de prestação continuada, acumulados até a data de encerramento do exercício, líquido do valor atual das contribuições futuras.

(g) Fundos

Os Fundos previdenciais são compostos pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas no cálculo dos benefícios e por ganhos e perdas atuariais e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras, ou para a cobertura de eventuais insuficiências verificadas no respectivo plano de benefícios.

Os fundos administrativos são constituídos pelas sobras entre as receitas e as despesas administrativas específicas por plano de benefícios.

(h) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuadas por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregados dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas as despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

(i) **Tributação de Pis e Cofins**

PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas, nos termos do Anexo III da IN 247/02 da SRF e da lei 10.634/03 da SRF.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

4. Ativo

4.1 Disponível

Representado por depósitos à vista no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 305 (2014 – R\$ 120).

4.2 Realizável

(a) Gestão previdencial

	2015	2014
Recursos a receber		
Patrocinadores	-	341
Participantes	284	301
Outros realizáveis	9	54
Total	293	696

(b) Gestão administrativa

	2015	2014
Contas a receber		
Patrocinadores	-	120
Outros realizáveis	36	5
Total	36	125

(c) Investimentos

As quotas dos fundos de investimentos da RBS Prev atendem à Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução CMN nº 4.449 de 20 de novembro de 2015.

Os investimentos são efetuados de acordo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos. A entidade possui títulos com data até o vencimento e títulos para negociação. Em 31 de dezembro, a composição da carteira é a seguinte:

Composição por montante e natureza do órgão emissor dos papéis:

	Natureza	Valor Contábil		Valor de Mercado	
		2015	2014	2015	2014
Renda Fixa		5.706	-	5.693	-
Notas do Tesouro Nacional	Pública	4.869	-	4.856	-
Letras do Tesouro Nacional	Pública	837	-	837	-
Fundos de Investimento		246.472	235.955	246.472	235.955
Fundos Referenciados	Privada	8.820	2.207	8.820	2.207
Fundos de Ações	Privada	4.253	11.124	4.253	11.124
Fundos Multimercado	Privada	233.399	222.624	233.399	222.624
TOTAL		252.178	235.955	252.165	235.955

	2015	2014
Itau Institucional Referenciado	1.996	2.207
Bradesco Premium	6.824	-
Itau FOF RPI FIC FIA	2.815	2.850
BTG PACTUAL ABSOLUTO	1.439	-
Multi Ibovespa FIA	-	1.159
HSBC FIC Ações Ibovespa	-	7.114
Itau - Atlantida FI	59.481	56.055
Itau - Torres FI	53.651	51.117
Sul América - Itapema FI	62.618	59.447
Sul América - Lagoinha FI	54.458	53.999
Itau Hedge	2.174	2.028
Brasil Plural Macro FIC	1.016	-
Despesas Administrativas	-	-21
TOTAL	246.472	235.955

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos e não exclusivos estão demonstrados a seguir:

Descrição	2015			Valor de mercado
	Sem prazo Determinado	Até 360 Dias	Acima de 360 Dias	
I - Fundos de investimentos exclusivos				
Títulos para negociação	59.095	27.907	143.207	230.209
Debêntures	0	6.983	41.311	48.294
Letra Financeira – LF	0	0		0
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	0	74	98.617	98.691
Letras do Tesouro Nacional - LTN	0	5.053	0	5.053
Notas do Tesouro Nacional - NTN	0	14.814	3.279	18.093
Depósito a Prazo em Garantia	0	0	0	0
Fundos de Investimentos exclusivos	0	0	0	0
Swap	0	983	0	983
Fundos de Investimento ⁽¹⁾	59.095	0	0	59.095
II - Fundos de investimentos não exclusivos	16.263	0	0	16.263
Títulos para negociação	16.263	0	0	16.263
Total fundos de investimentos (I + II)	75.358	27.907	143.207	246.472

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

Descrição	2014			
	Sem prazo Determinado	Até 360 Dias	Acima de 360 Dias	Valor de mercado
I - Fundos de investimentos exclusivos				
Títulos para negociação	61.171	68.517	90.930	220.618
Debêntures	-	-	7.431	7.431
Letra Financeira – LF	-	6.945	14.091	21.036
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	48.173	58.869	107.042
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.678	-	4.678
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	994	10.972	11.966
Depósito a Prazo em Garantia	-	7.727	-	7.727
Fundos de Investimentos exclusivos	61.204	-	-	61.204
Swap	-	-	(433)	(433)
Outros	(33)	-	-	(33)
II - Fundos de investimentos não exclusivos	15.337	-	-	15.337
Títulos para negociação	15.337	-	-	15.337
Total fundos de investimentos (I + II)	76.508	68.517	90.930	235.955

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

(1) Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos estão demonstrados a seguir:

Descrição	2015				
	Sem prazo Determinado	Até 360 Dias	Acima de 360 Dias	Valor de mercado	
				Custo	Mercado
Sul América Inflation Fdo. Invest. RF	3.660	-	-	3.660	3.660
Sul América Inflation Fdo. Invest. RF	847	-	-	847	847
FIDC Multisetorial Silverado Maximum	1.511	-	-	1.511	1.511
FIDC RCI Senior	756	-	-	756	756
Chemical IX - Indústria Petroquímica	818	-	-	818	818
FIDC CESP IV	310	-	-	310	310
Itaú RF Juros Ocean FI	1.085	-	-	1.085	1.085
Itaú Inst. RF Inflação FICI	3.485	-	-	3.485	3.485
Itaú RF Verso V RF Fundo Invest.	42.381	-	-	42.381	42.381
Itaú RF Verso J RF Fundo Invest.	4.292	-	-	4.292	4.292
Certificado de Depósitos Bancários	-	69	-	69	69
Notas do Tesouro Nacional	-	14.259	3.834	18.093	18.093
Letras do Tesouro Nacional	-	5.127	98.617	103.744	103.744
Debêntures	-	660	5.945	6.605	6.605
Letras Financeiras	-	6.254	35.366	41.620	41.620
Swap	-	983	-	983	983
Contas a pagar/Receber	-71	-	-	-71	-71
Tesouraria	21	-	-	21	21
TOTAL	59.095	27.352	143.762	230.209	230.209

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

5. Passivo

5.1 Exigível operacional

(a) Gestão previdencial

	2015	2014
Benefícios a Pagar		
Aposentadorias/pensões	565	436
Restituição de contribuições	63	63
Retenções a recolher	119	114
	747	613

As retenções a recolher correspondem à pensão alimentícia e ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de benefícios e restituições de contribuições de participantes.

(b) Gestão administrativa

	2015	2014
Contas a Pagar		
Folha de pagamento e encargos	53	44
Serviços de Terceiros	61	60
Tributos a recolher	23	27
Outras exigibilidades	-	22
	137	153

5.2 Patrimônio Social

(a) Provisões matemáticas

Foi adotado o regime financeiro de Capitalização para os benefícios de Aposentadoria Normal, Aposentadoria Antecipada, Benefício por Invalidez, Benefício por Morte, Pensão por Morte, Benefício Proporcional, Portabilidade e Resgate de Contribuições e, o método atuarial de Crédito Unitário para os Benefícios Mínimos.

As provisões matemáticas da RBS Prev podem ser demonstradas como segue:

	2015	2014
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	66.956	54.589
Benefício definido	5.596	5.572
	72.552	60.161
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	162.576	156.260
Benefício definido	7.263	6.280
	169.839	162.540
	242.391	222.701

Para a apuração das provisões matemáticas em 2015 e 2014 foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

• Hipóteses financeiras

Hipóteses financeiras	2015	2014
Taxa real de juros	4% a.a	4 % a.a
Projeção do crescimento real de salário	2,2%	2,5%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salário	100%	100%
Benefícios do plano	97%	97%

• Hipóteses biométricas

Hipóteses biométricas	2015	2014
Tábua de mortalidade geral	AT – 2000 (*)	AT – 2000 (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada	RRB – 1944 modificada
Tábua de rotatividade	Experiência RBS 2008-2012	Experiência RBS 2008-2012

(*) Segregada por sexo e constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

A movimentação das provisões matemáticas da RBS Prev durante o exercício pode ser resumida como segue:

	2015
Em 1º de janeiro de 2015	222.701
Constituição	19.690
Em 31 de dezembro de 2015	242.391

(b) Equilíbrio técnico

Entende-se por equilíbrio técnico as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Em 31 de dezembro, os resultados realizados estão assim constituídos:

	2015	2014
Superávit técnico acumulado	3.321	2.963
Reserva de contingência	2.593	2.963
Reserva especial para revisão de plano	728	-

A movimentação do resultado realizado está assim constituída:

	2015	2014
Saldo Inicial	2.963	3.489
Constituição / (Reversão)	358	(526)
Saldo Final	3.321	2.963

(c) Fundos

(c.1) Fundos previdenciais

Reversão Saldo por Exigência Regulamentar: Este fundo é formado pelos valores da conta de patrocinadora que não forem considerados no cálculo dos benefícios e institutos previstos no plano, cuja utilização deverá estar prevista no item 6.4 do regulamento da Entidade, devidamente aprovado

pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente. O montante deste fundo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.852 (2014 – R\$ 2.721).

Revisão do Plano: No fechamento do exercício de 2014 ocorreu a revisão facultativa do Plano de Benefícios, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008. Assim, foram constituídos o “Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Patrocinadora” e o “Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Participante”, para destinação e utilização facultativa da Reserva Especial. Os Fundos Previdenciais de patrocinadoras e participantes estão sendo atualizados pelo retorno dos investimentos desde janeiro de 2015.

O “Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Patrocinadora” foi constituído com parte da Reserva Especial de 31 de dezembro de 2014 (91,24%) e tem por finalidade a cobertura integral ou parcial das contribuições normais da patrocinadora, a partir da competência de julho/2015. Os valores das contribuições serão creditados pela reversão mensal desses fundos de valor correspondente ao estabelecido no plano de custeio constante no parecer atuarial de 2015.

O “Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Participantes” foi constituído com a parcela da Reserva Especial de 31 de dezembro de 2014 (8,76%) e foi segregado entre participantes ativos e assistidos na proporção das suas reservas matemáticas individuais em 31/12/2014, na forma prevista na Resolução nº 26/2008. O Fundo Previdencial de participantes está sendo utilizado para redução integral das contribuições desde a competência de julho/2015. Para o assistido será efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no regulamento do plano encaminhado para a PREVIC.

O montante deste fundo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.395 (2014 – R\$ 3.169)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 – Em milhares de reais

Fundo de retirada:

NET - Este fundo corresponde ao valor das provisões matemáticas individuais dos participantes do Grupo NET, que ainda encontram-se pendentes. O processo desta retirada foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar e publicado no Diário Oficial da União em 07/11/2005. O montante deste fundo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 51 (2014 – R\$ 44).

CANAL RURAL - O processo desta retirada foi aprovado pela Previc e publicado no Diário Oficial da União em 05/11/2014. Durante o ano de 2015 foram distribuídos os recursos aos participantes. O montante deste fundo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ zero (2014 – R\$ 2.265). No dia 01/03/2016 a Previc emitiu o ofício 529/CGTR/DITEC/PREVIC informando a finalização da retirada parcial de patrocínio do Plano de Benefícios RBS Prev.

(c.2) Fundo administrativo

O Fundo administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pelos patrocinadores, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração do plano previdencial da RBS Prev. O montante deste fundo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.921 (2014 – R\$ 2.271).

6. Contingências

De acordo a Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31/10/2011, Anexo C, e com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, a RBS Prev no exercício de 2015 não efetuou provisionamento contábil, pois os processos judiciais foram caracterizados como perda “remota”, não havendo, portanto, necessidade de descrição dos mesmos em notas explicativas.

7. Legislações

Foi publicada em 17 de dezembro de 2015 a Instrução Normativa nº 25 qua altera a IN SPC nº 34/09, que atualiza os modelos e instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis. A RBS Prev adotou a referida legislação para as Demonstrações Contábeis de 2015.

“Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015, passa a ser obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Para o Plano de Benefícios RBS Prev, uma vez que a reserva especial não será distribuída entre participantes e patrocinadora no próximo exercício, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável.

De acordo com o art. 7º da Resolução 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado, o que for menor.

Mariana Guedes Silveira

Diretora Superintendente
CPF nº 670.085.850-04

Ana Lucia Paoliello

Contadora
CRC nº 01SP 170035/ O-8
CPF nº 566.647.029-91

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Conselheiros,

Participantes e Patrocinadores

RBS Prev – Sociedade Previdenciária

Examinamos as demonstrações contábeis da RBS Prev – Sociedade Previdenciária (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar as procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RBS Prev – Sociedade Previdenciária em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

São Paulo, 30 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 “F” RS

Edison Arisa Pereira

Contador CRC 1SP127241/O-0 “S” RS

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano de Benefícios da RBS Prev – Sociedade Previdenciária, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/07/2015.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2015.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela RBS Prev - Sociedade Previdenciária aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios RBS Prev.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 437, de 14/08/2015, publicada no D.O.U. de 17/08/2015.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder		31/07/2015
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
Número		5.165
Idade média (em anos)		35,6
Tempo de serviço médio (em anos)		7,3
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹		
Número		3.100

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos		31/07/2015
Aposentados válidos		
Número		105
Idade média (em anos)		67,0
Valor médio do benefício (em reais)		3.798,62
Benefícios proporcionais diferidos recebendo		
Número		16
Idade média (em anos)		61,5
Valor médio do benefício (em reais)		3.499,21
Pensionistas (grupos familiares)		
Número		10
Idade média (em anos)		69,9
Valor médio do benefício (em reais)		4.557,87

Parecer Atuarial

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a RBS Prev – Sociedade Previdenciária e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios RBS Prev conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real anual de juros	4,00%	4,00%
Projeção do crescimento real de salário	2,20%	2,50%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	97%	97%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000(1)	AT-2000(1)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N/A	N/A
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 modificada	RRB-1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência RBS 2008/2012	Experiência RBS 2008/2012

⁽¹⁾ Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

Outras hipóteses	2015	2014
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada

Foi realizado em 2013 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Mortalidade de Válidos;
- Entrada em Invalidez;
- Rotatividade
- Taxa Real de Juros

Além disso, em 2015, a Willis Towers Watson efetuou estudo, para ser utilizado na avaliação atuarial de 2015, para a projeção de crescimento real de salários e para taxa real de juros.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela RBS Prev para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras também realizados pela Willis Towers Watson em 2013 e 2014 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Parecer Atuarial

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,51% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria PREVIC nº 197/2015 para esse plano (limite inferior: 3,68% a.a. e limite superior: 5,65% a.a.). Com intervalo de 88% de confiança a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa real de juros de 4,00% a.a. (taxa adotada na avaliação de 2014).

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo de aderência realizado em 2015 indicou uma taxa de projeção do crescimento salarial de 2,19% a.a. No entanto, as patrocinadoras consideraram que a taxa de 2,20% reflete a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado participante do Plano de Benefícios RBS Prev. Tal projeção é consistente com o planejamento da área de recursos humanos das empresas patrocinadoras. Sendo assim a hipótese de projeção do crescimento salarial foi alterada para 2,20% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% para os benefícios reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,2% e o fator de 100% nos salários reflete a opção por se utilizar valores nominais na avaliação atuarial, e independe da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios RBS Prev, foram realizados no exercício de 2013 estudos de aderência de hipóteses que contemplaram a massa de participantes do plano.

Para 2015, adotamos a manutenção das hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2014, visto que, segundo a Instrução nº 23, de 26/06/2015, a partir do exercício de 2014 os estudos de aderência terão validade de 3 anos para estas hipóteses.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime de Capitalização:
 - Método de Capitalização Financeira – Aposentadoria Normal, Aposentadoria Antecipada, Benefício por Invalidez, Benefício por Morte, Pensão por Morte, Benefício Proporcional, Portabilidade e Resgate de Contribuições.
 - Método Crédito Unitário – Benefício Mínimo para Aposentadoria Normal, Aposentadoria Antecipada, Benefício por Invalidez, Benefício por Morte ou Benefício Proporcional.

Parecer Atuarial

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

O método atuarial de Crédito Unitário adotado na avaliação atuarial do Plano de Benefícios RBS Prev está de acordo com o método de financiamento mínimo dos encargos atuariais previsto na Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da RBS Prev – Sociedade Previdenciária de 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Social é de R\$ 251.930.425,68.

De acordo com as informações prestadas pela RBS Prev para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefícios RBS Prev possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela RBS Prev – Sociedade Previdenciária.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	245.711.819,51
Provisões Matemáticas	242.390.606,89
• <i>Benefícios Concedidos</i>	72.551.363,93
– Contribuição Definida	66.956.083,05
– Saldo de Conta de Assistidos	66.956.083,05
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	5.595.280,88
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.813.858,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.781.422,88
• <i>Benefícios a Conceder</i>	169.839.242,96
– Contribuição Definida	162.576.520,21
– Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	82.955.184,13
– Saldo de Contas – Parcela Participantes	79.621.336,08
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	7.077.815,75
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	8.916.701,75
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(1.838.886,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	184.907,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	306.687,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(121.780,00)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
• <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00
– Serviço Passado	0,00
– Patrocinador(es)	0,00
– Participantes	0,00
– Déficit Equacionado	0,00

Parecer Atuarial

	Valores em R\$
– Patrocinador(es)	0,00
– Participantes	0,00
– Assistidos	0,00
– Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	3.321.212,62
• Resultados Realizados	3.321.212,62
• Superávit Técnico Acumulado	3.321.212,62
– Reserva de Contingência	2.593.459,33
– Reserva Especial para Revisão de Plano	727.753,29
• Déficit Técnico Acumulado	0,00
• Resultados a Realizar	0,00
Fundos	6.218.606,17
• Fundos Previdenciais - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	2.852.235,75
• Fundos Previdenciais - Revisão de Plano Patrocinadora	1.167.491,87
• Fundos Previdenciais - Revisão de Plano Participante	227.429,69
• Fundos Previdenciais - Outros - Previsto em Nota Técnica - Grupo Net	50.699,89
• Fundos Previdenciais - Outros - Previsto em Nota Técnica - Canal Rural	0,00
• Fundos Administrativos	1.920.748,97
• Fundo de Investimentos	0,00

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo de Sobras) é formado pelos valores da conta de patrocinadora que não forem considerados no cálculo dos benefícios e dos institutos previstos no plano, cuja utilização deverá estar prevista no plano de custeio anual, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente, conforme previsto no item 6.4 do regulamento.

No fechamento do exercício de 2014 ocorreu a revisão obrigatória do Plano de Benefícios, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008. Assim, foram constituídos o “Fundo Previdencial - Revisão de Plano Patrocinadora” e o “Fundo Previdencial - Revisão de Plano Participante” para destinação e utilização obrigatória da Reserva Especial. Os Fundos Previdenciais de patrocinadoras e participantes estão sendo atualizados pelo retorno dos investimentos desde janeiro de 2015.

O “Fundo Previdencial - Revisão de Plano Patrocinadora” foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2014 (91,24%) e tem por finalidade a cobertura parcial ou integral das contribuições normais da patrocinadora, desde a competência de julho/2015. Os valores das contribuições serão creditados pela reversão mensal desse fundo de valor correspondente ao estabelecido no plano de custeio constante neste parecer.

O “Fundo Previdencial - Revisão de Plano Participante” foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2014 (8,76%) e foi segregado entre participante ativo e assistido na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2014 na forma prevista na Resolução n.º 26/2008. O Fundo Previdencial de participantes está sendo utilizado para redução integral das contribuições desde a competência de julho/2015. Para o assistido será efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no regulamento do plano encaminhado para PREVIC.

Os fundos descritos acima foram apurados com base na proporção das contribuições entre participantes e patrocinadora verificada nos anos de 2012, 2013 e 2014 equivalente a 8,76% e 91,24%, respectivamente.

O Fundo Previdencial Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial (Retirada do Grupo NET) corresponde ao valor das provisões matemáticas individuais dos participantes que ainda encontram-se pendentes. O processo desta retirada foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar e publicado no Diário Oficial da União em 7/11/2005.

Parecer Atuarial

O Fundo Previdencial Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial (Retirada do Canal Rural) foi extinto ao longo do ano de 2015.

Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Para o Plano de Benefícios RBS Prev, temos:

Limite máximo	Limite pela fórmula	Menor limite
25%	$10\% + (1\% \times 10,17) = 20,17\%$	20,17%

Uma vez que o limite de 20,17% calculado pela fórmula é menor que 25% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o valor equivalente a R\$ 2.563.459,33.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Ajuste de Precificação

Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015, passa a ser obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto no artigo nº 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, na situação de distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Para o Plano de Benefícios RBS Prev, uma vez que a reserva especial não será distribuída entre participantes e patrocinadora no próximo exercício, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2015.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	242.390.606,89	242.326.537,85	0,03%
<i>Benefícios Concedidos</i>	72.551.363,93	72.812.796,84	-0,36%
– Contribuição Definida	66.956.083,05	66.956.083,05	0,00%
– Benefício Definido	5.595.280,88	5.856.713,79	-4,46%
<i>Benefícios a Conceder</i>	169.839.242,96	169.513.741,01	0,19%
– Contribuição Definida	162.576.520,21	162.576.520,21	0,00%
– Benefício Definido	7.262.722,75	6.937.220,80	4,69%

Convém ressaltar que 5,30% (R\$ 12.858.003,63) do Passivo Atuarial de R\$ 242.390.606,89 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 94,70% restantes (R\$ 229.532.603,26) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da RBS Prev.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela RBS Prev consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefício definido.

Parecer Atuarial

VI – Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2016, as contribuições mensais equivalentes a 0,12% da folha de salários dos empregados ativos correspondente ao custo normal.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas em 1,53% da folha de salários dos empregados ativos para a contribuição normal e 0,16% da folha de salários dos empregados ativos para contribuição especial.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar poderá ser utilizado para integralização de contribuição especial no ano de 2016 e para redução das contribuições de patrocinadora, exceto a contribuição administrativa.

Participantes

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 31/12/2015 em 1,27% da folha de salários dos participantes para contribuição básica, e 0,45% para contribuição adicional.

Autopatrocinados

Os participantes que optaram pelo instituto de autopatrocínio deverão efetuar as contribuições de participantes e de patrocinadora, correspondentes ao resultado obtido com a aplicação dos percentuais acima definidos sobre o seu salário de participação as contribuições para o benefício definido e para cobertura das despesas administrativas enquanto houver utilização do Fundo Administrativo, a partir de então serão descontadas diretamente do retorno dos investimentos.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que fizeram a opção pelo benefício proporcional diferido

ou tiveram presumida esta condição conforme definido no item 4.14.4 do regulamento aprovado em 14 de agosto de 2015 deverão contribuir para a cobertura das despesas administrativas enquanto houver utilização do Fundo Administrativo, a partir de então serão descontadas diretamente do retorno dos investimentos.

Custeio Administrativo

As despesas administrativas serão custeadas pelo Fundo Administrativo até o limite de 70% do saldo deste fundo em 31/12/2015, que corresponde a R\$ 1.996.047,60. A partir de então, as despesas administrativas serão descontadas diretamente do retorno dos investimentos, conforme aprovado pelo Conselho Administrativo da RBS Prev em ata de reunião de 15/09/2015.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Benefício Mínimo	0,12%	0,12%

Parecer Atuarial

VII – Conclusão

Apesar da baixa rentabilidade observada no exercício de 2015 e uma vez que as reservas matemáticas apresentaram pouca variação, o superávit se manteve em relação ao exercício de 2014.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da RBS Prev, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial elaborado para a RBS Prev – Sociedade Previdenciária com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo acordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a RBS Prev em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 08 de março de 2016

Leonir Cavalcanti

Consultora Sênior

Adriana Gomes Rodrigues

MIBA nº 992

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da RBS PreV reuniram-se nesta data, na sede desta Sociedade, para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2015, bem como os atos e as contas apresentados pela Diretoria Executiva da RBS PreV por meio dos seguintes documentos: a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício de 2014; b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício de 2014; c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício de 2014; d) Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios RBS PreV comparativa com o exercício de 2014; e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios RBS PreV comparativa com o exercício de 2014; f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios RBS PreV – DPT comparativa com o exercício de 2014; g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; h) Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; i) Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios RBS PreV. Examinados os documentos acima listados e constatado por este Conselho que as contas apresentadas encontram-se exatas e atendem ao disposto nas normas contábeis e financeiras, na legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto da RBS PreV, os membros deste Conselho emitem Parecer favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2015, eis que refletem as atividades da RBS PreV - Sociedade Previdenciária no referido exercício.

Porto Alegre, 30 de março de 2016.

Ibanor Polesso

Presidente

Nilo Renato Escouto

Conselheiro

Raul Dinarte Totta Vieira Marques

Conselheiro

Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

REALIZADA EM 30/3/2016

Aos 30 (trinta) dias do mês de março do ano de 2016, às 17 horas, na sede social na Av. Érico Veríssimo, nº 400 – 5º andar, CEP 90160-180, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da RBS Prev – Sociedade Previdenciária. Ausente justificadamente Sr. Nelson Pacheco Sirotsky, convocado o suplente, Sr. Eduardo Sirotsky Melzer. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Eduardo Sirotsky Melzer, que convidou a mim, Claudio Toigo Filho, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA:

Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da RBS Prev relativas ao exercício findo em 31/12/2015.

ESCLARECIMENTOS:

Em observância ao disposto no Estatuto vigente da RBS Prev – Sociedade Previdenciária, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que o objetivo da presente reunião é deliberar sobre o assunto mencionado no Ordem do dia. Nesse sentido, o Sr. Presidente esclareceu que as Demonstrações Contábeis da RBS Prev, relativas ao exercício social findo em 31/12/2015, foram elaboradas de acordo com as disposições da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011. Em continuidade, destacou que, para atendimento ao disposto no item 17 do anexo C da citada Resolução, a RBS Prev deve apresentar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc os seguintes documentos: a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício de 2014; b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício de 2014; c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício de 2014; d) Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios RBS Prev comparativa com o exercício de 2014; e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios RBS Prev comparativa com

o exercício de 2014; f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios RBS Prev – DPT comparativa com o exercício de 2014; g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; h) Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; i) Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios RBS Prev; j) Parecer do Conselho Fiscal da RBS Prev; e k) Manifestação deste Conselho Deliberativo. Da análise dos documentos listados, o Sr. Presidente ressaltou que aqueles mencionados nas letras “a a g”, na forma do disposto no item 18 do Anexo C da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31/10/2011, encontram-se assinados e rubricados pelo dirigente máximo da RBS Prev, bem como pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, ambos identificados pelo seu nome completo, cargo, nº do CPF e nº do CRC – Conselho Regional de Contabilidade, no que diz respeito ao profissional de contabilidade. Destacou que as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer Atuarial e do Parecer dos Auditores Independentes, foram enviadas para análise do Conselho Fiscal da RBS Prev, que emitiu parecer favorável, o qual foi encaminhado a este Conselho, juntamente com a documentação pertinente, para análise e deliberação. Salientou que, em atendimento ao disposto no art. 4º da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/9/2009, as Demonstrações Contábeis, na forma da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31/10/2011, deverão ser enviadas à PREVIC por meio do sistema de captação de dados disponível na página eletrônica do Ministério da Previdência Social – SICADI até o dia 31/3/2016, pela Diretoria Executiva, eis que a RBS Prev pertence ao Perfil III conforme consta da Instrução nº 20, de 20 de março de 2015.

Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

DELIBERAÇÃO:

Após a análise dos documentos apresentados e discussão pelos membros presentes, este Conselho aprova, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis da RBS PreV relativas ao exercício social findo em 31/12/2015, as quais refletem as atividades da Entidade durante o referido exercício, restando consignado nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho em relação aos documentos apresentados.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Eduardo Sirotsky Melzer

Conselheiro Suplente

Claudio Toigo Filho

Conselheiro

Marcelo Antônio Rech

Conselheiro

Visto: Fernando Porfírio Bitello Teixeira – OAB/RS 79.078

Política de Investimentos 2015

As informações a seguir aplicam-se ao Plano de Benefícios RBS Prev e ao Plano de Gestão Administrativa da RBS Prev.

Taxa mínima atuarial/índice de referência

Indexador por plano/segmento - período de referência: 1/2015 a 12/2015

Plano RBS Prev

Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
53,00%	Renda Fixa	100%	IPCA	4,75%
32,90%	Renda Fixa	100%	DI-CETIP	0,00%
9,40%	Renda Fixa	100%	IMA-B 5	0,00%
4,70%	Renda Fixa	100%	IMA-B 5+	0,00%
0,00%	Renda Fixa	100%	Pré-fixada	0,50%
100,00%	Renda Variável	100%	IBOVESPA	4,00%
100,00%	Investimentos Estruturados	100%	IFM	0,00%
100,00%	Investimentos no Exterior	100%	MSCI-World	0,00%
100,00%	Imóveis	100%	INPC	4,00%
100,00%	Empréstimos/Financiamentos	100%	INPC	4,00%

PGA

Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100,00%	Plano	100%	DI-CETIP	0,00%
100,00%	Renda Fixa	100%	DI-CETIP	0,00%

Política de Investimentos 2015

Documentação/responsáveis

Data de aprovação pelo conselho deliberativo: 19/12/2014

Administrador estatutário tecnicamente qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano	Mariana Guedes Silveira	670.085.850-04	Diretora Superintendente

Controle de riscos

Risco de mercado	Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.
Risco de liquidez	Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.
Risco legal	Associado a incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.
Risco operacional	Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

Sobre riscos	Plano RBS Prev	PGA
Realiza o apreamento de ativos financeiros? Dispõe de Manual?	Sim Sim	Sim Não
Possui modelo proprietário de risco? Dispõe de Manual?	Não Não	Não Não
Realiza Estudos de ALM?	Sim	Não

Política de Investimentos 2015

Alocação dos recursos

Período de referência: 1/2015 a 12/2015

Plano RBS Prev e do PGA

Segmento	Plano RBS Prev			PGA		
	Mínimo	Máximo	Alvo	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	90,00%	99,00%	94,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	1,00%	5,00%	3,50%	0,00%	5,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	2,00%	1,00%	-	-	-
Investimentos no Exterior	0,00%	2,00%	1,50%	-	-	-
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%	-	-	-

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dois riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controle internos? Sim

Perfis de investimento

A RBS Prev oferece aos participantes ativos e assistidos por renda financeira 3 perfis de investimentos distintos para o Plano RBS Prev. Veja os percentuais mínimo e máximo de alocação de cada segmento por perfil:

Segmentos – Plano RBS Prev	Superconservador*	Conservador	Moderado	Conservador Vitalício**
Renda Fixa	100%	97,5% – 100%	82% – 98%	100%
Renda Variável	–	–	2% – 10%	–
Investimentos Estruturados	–	0% – 2,5%	0% – 4%	–
Investimentos no Exterior	–	–	0% – 4%	–

* Perfil criado em Set/15

** Perfil criado em Out/15

Demonstrativo de Investimento

Informações sobre o demonstrativo de investimentos – RBS Prev 2015

RENTABILIDADE LÍQUIDA POR SEGMENTO			RENTABILIDADES LÍQUIDA E BRUTA DOS PERFIS DE INVESTIMENTO – ACUMULADA			
Plano	Segmento	Rentabilidade		Superconservador	Conservador	Moderado
Plano CV	Renda Fixa	13,35%	Bruta	4,44	13,34	11,97
	Renda Variável	-8,25%	Líquida	4,44	13,28	11,94
	Investimento Estruturado	10,59%				
	Carteira ALM	3,83%				
PGA	Renda Fixa	13,38%				

RENTABILIDADES LÍQUIDA E BRUTA POR FUNDO						
Plano	Fundo	Rent. Bruta	Tx. de Adm.	Tx. de Performance	Rent. Líquida	Despesas Diretas dos Fundos
Plano CV	ATLÂNTIDA	15,80%	0,250%	0%	15,40%	207.834,82
	ITAPEMA	13,59%	0,125%	0%	13,31%	152.063,56
	LAGOINHA	12,38%	0,100%	0%	12,13%	122.737,07
	TORRES	12,77%	0,200%	0%	12,40%	176.861,92
	ITAÚ RPI AÇÕES	-11,78%	1,000%	0%	-12,20%	11.929,18
	*BTG ABSOLUTO	-11,21%	3,000%	0%	-13,43%	36.989,69
	ITAÚ HEDGE	12,07%	2,000%	20% no que exceder 100% CDI	9,87%	43.481,96
	BRASIL PLURAL MACRO FIC FIM	1,66%	2,000%	20% no que exceder 100% CDI	1,58%	812,66
	BRADESCO PREMIUM	4,54%	0,200%	0%	4,47%	4.368,37
	CARTEIRA ALM	3,87%	0,150%	0%	3,83%	2.116,02
	*ITAÚ RPI 30	3,82%	1,000%	0%	3,32%	13.752,02
	*BTG IBOV	6,23%	1,000%	0%	5,72%	5.871,14
	*HSBC IBOV	5,99%	1,000%	0%	5,48%	24.779,28
PGA	ITAÚ INSTITUCIONAL	13,58%	0,180%	0%	13,38%	3.624,85
TOTAL						807.222,54

Alterações Regulamentares

Em 2015, foram concretizadas algumas e solicitadas outras alterações no regulamento do Plano de Benefícios RBS Prev, relativos aos seguintes aspectos:

Agosto/2015

Aprovação da inclusão de dois perfis de investimentos e previsão de cobrança de contribuições destinadas ao custeio administrativo dos participantes que optarem ou tiverem presumida a opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.

Processo enviado à PREVIC em 12/12/2014.

Dezembro/15

Em dezembro/15, a RBS Prev enviou à PREVIC, pedido de alteração do mês para redefinição do perfil de investimentos, a inclusão do pagamento antecipado do Benefício Mínimo aos participantes elegíveis e a definição das regras para distribuição da Reserva Especial. Em janeiro/16, a PREVIC enviou requisição de ajustes à RBS Prev, que deve ser atendida pela entidade até abril/16.

Processo inicial enviado à PREVIC em 10/12/2015.

Para visualizar o conteúdo completo das alterações mencionadas acima, acesse: www.rbsprev.com.br

Equipe RBS Prev



(da esquerda para direita)

Rosana Filippelli

Controles Internos e Apoio Jurídico
rosana.filippelli@gruporbs.com.br
51 3218 6178

Vinicius Jacobs

Comunicação com os participantes e benefícios
vinicius.jacobs@gruporbs.com.br
51 3218 6126

Fernanda Chagas

Auxiliar administrativo
fernanda.chagas@gruporbs.com.br
51 3218 6201

Alessandra Alves

Gerente de previdência
alessandra.alves@gruporbs.com.br
51 3218 6100

Márcio Corrêa

Financeiro
marcio.correa@gruporbs.com.br
51 3218 6109

Vanessa Flores

Apoio Jurídico de Previdência
Vanessa.flores@gruporbs.com.br
51 3218 6164



0800 729 2214 - 51 3218 6126 | rbsprev@gruporbs.com.br | www.rbsprev.com.br

